

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

Edital

O Fundo Municipal de Assistência Social, através do Departamento de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará o **procedimento licitatório nº. 014/2017, Pregão Presencial nº. 005/2017**, do tipo "**Menor Preço por item**", que se regerá pelas disposições da Lei nº. 10.520/02, pelo Decreto Municipal nº. 398/09, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, conforme ainda pelo estabelecido no presente edital e seus anexos.

Data de sessão de credenciamento e julgamento das propostas:

Aos dias 09 de Junho de 2017, às 09:00 hs, no Departamento de Licitação localizado no 2º piso do Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Tupaciguara, situado na Praça Antônio Alves de Faria, s/nº, Bairro Tiradentes, CEP 38.480/000, Tupaciguara/MG.

1 - Do Objeto

1.1 - A presente licitação tem por objeto **a aquisição de produtos panificados e salgadinhos para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme quantidades e especificações contidas no Termo de Referência.**

1.2 - O valor estimado e os descritivos dos itens encontram-se no Termo de Referência.

2 - Das Condições de Participação

2.1 - Poderão participar da presente licitação qualquer empresa do ramo objeto deste certame, desde que satisfaça as exigências constantes deste Edital e seus anexos.

2.2 - Não poderão participar da licitação as empresas que:

- a) Encontram-se sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão ou incorporação.
- b) Estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Fundo Municipal de Assistência Social.
- c) Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com o Fundo Municipal de Assistência Social.
- d) Se apresentem constituídos na forma de empresas em consórcio.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

- e) Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e responsáveis técnicos sejam servidores ou dirigentes do Fundo Municipal de Assistência Social, membro efetivo ou substituto da Comissão Permanente de Licitação, bem como da Pregoeira ou Membro da Equipe de Apoio.
- f) Que possuam em seu quadro societário, parentes em linha reta ou colateral até 3º grau, dos membros ou presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda da Pregoeira e membros da equipe de apoio.

2.3 - A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante, que pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

3 - Da Impugnação do Ato Convocatório

3.1 - Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolizando o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no endereço discriminado no preâmbulo deste Edital, cabendo a Pregoeira decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.1.1 - Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

3.2 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, o licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o segundo dia útil que anteceder à data de realização do Pregão. Sendo intempestiva a comunicação do suposto vício, não suspenderá o curso do certame.

3.3 – Sendo intempestiva a comunicação do suposto vício, não suspenderá o curso do certame.

4 - Do Adiamento

4.1 - Todos e quaisquer adiamentos ocorridos durante o procedimento serão consignados em ata, designando-se nova data e horário para continuidade da sessão, os quais serão publicados na página do Diário Oficial dos Municípios Mineiros - AMM, que pode ser acessada pelo endereço eletrônico www.diariomunicipal.com.br/amm-mg.

5 - Da Representação e do Credenciamento

5.1 - A licitante deverá se apresentar para credenciamento junto a Pregoeira por um representante munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório.

5.2 - Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital.

5.3 - Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:

I - cópia do documento de identidade ou qualquer outro que identifique o representante (autenticado).

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

II - procuração, conforme anexo que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante.

5.4 - Caso a procuração seja particular, **deverá ter firma reconhecida** e estar acompanhada de documento comprobatório dos poderes do outorgante, tal como contrato social/alteração contratual.

5.5 - Em caso de sócio administrador a comprovação se dará por meio de cópia autenticada do contrato social.

5.6 - Em se tratando de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, a comprovação desta condição será efetuada mediante certidão expedida pela Junta Comercial e deverá ocorrer quando do credenciamento, sob pena de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº. 123/2006.

5.7 - Não será efetuado credenciamento sem a apresentação de todos os documentos devidamente autenticados, quando solicitados.

5.8 - A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a licitante de participar do certame licitatório, ficando, porém impedida de manifestar-se durante as sessões, inclusive quanto à formulação de lances verbais e manifestação de interesse na interposição de recursos.

5.9 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma licitante.

5.10 - O representante legal poderá ser substituído em qualquer fase do processo, podendo ser indicado a qualquer tempo um representante, caso tal providência não tenha sido efetivada inicialmente, desde que apresente a documentação solicitada, em conformidade com os ditames deste instrumento convocatório.

5.11 - Declarado encerrado o credenciamento pela Pregoeira, não serão admitidos novos proponentes.

6 - Da Apresentação e Recebimento dos Envelopes

6.1 - No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, na presença dos representantes das licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, a Pregoeira receberá dos representantes credenciados, os seguintes documentos:

a) Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme anexo (a referida declaração deverá estar por fora dos envelopes).

b) Envelope contendo a proposta comercial (Envelope nº. 1)

c) Envelope contendo os documentos de habilitação (Envelope nº. 2)

6.2 - Poderá o licitante participar do procedimento, enviando os envelopes através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por representante não credenciado, ficando obrigado a apresentar os envelopes até a hora e data estabelecida no preâmbulo, e na forma do item 6.1 deste edital.

6.3 - A participação na forma do item 6.2 impede a apresentação de lances por parte do

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

licitante.

6.4 - Os conjuntos de documentos relativos à proposta comercial e à habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes indevassáveis, identificados com o nome da licitante, o número e objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos “Proposta Comercial” e “Documentos de Habilitação”, na forma dos incisos I e II a seguir:

I – Envelope contendo os documentos relativos à Proposta Comercial:

Fundo Municipal de Assistência Social
Processo nº. 014/2017
Pregão Presencial nº. 005/2017
Razão Social
CNPJ nº.
Envelope nº. 1 - Proposta Comercial

II – Envelope contendo os Documentos de Habilitação:

Fundo Municipal de Assistência Social
Processo nº. 014/2017
Pregão Presencial nº. 005/2017
Razão Social
CNPJ nº.
Envelope nº. 2 - Documentos de Habilitação

6.5 - Todos os documentos deverão estar em nome da matriz ou em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser emitidos em nome da matriz.

6.6 - Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.7 - As certidões extraídas via internet ficarão sujeitas a diligências a serem efetuadas a critério da Pregoeira.

6.8 - Os documentos poderão ser apresentados em cópias, desde que autenticadas em cartório ou por um dos membros da Comissão Permanente de Licitação, quando cotejada com o documento original, ou publicados em órgão da imprensa oficial, quando for o caso de empresa estrangeira.

6.8.1 - Somente serão autenticados documentos pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, até 24 (vinte e quatro) horas antes da data designada para recebimento e abertura dos envelopes, sendo efetuadas as autenticações no horário de expediente do Departamento de Licitação, qual seja, das 08:00 horas até as 11:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas.

6.9 - Nenhum documento será autenticado durante a sessão.

6.10 - Os documentos exigidos para habilitação, deste Edital, não poderão, em hipótese alguma, serem substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, não

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

podendo, ainda, serem remetidos posteriormente ao prazo fixado para a abertura do certame.

6.11- Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo que autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas comerciais.

6.12 - Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo aqueles referentes à proposta comercial e à habilitação, além de seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

6.13 - Não serão aceitos documentos com rasuras ou emendas, que a critério da Pregoeira e Equipe de Apoio, comprometam a sua autenticidade.

6.14 - Os documentos que não contiverem prazo de validade reputar-se-ão válidos somente aqueles com 60 dias após a data de emissão.

7 - Da Proposta Comercial

7.1 - A proposta comercial deverá ser elaborada em papel timbrado ou com carimbo identificador da empresa, com os seguintes requisitos:

a) Apresentada em língua portuguesa, sem entrelinha ou rasura, datada, em números arábicos, contendo o número e a modalidade da licitação deste Edital, devendo conter razão social, CNPJ, endereço, número de telefone, número de fax, e-mail da empresa licitante e dados bancários, contendo suas páginas numeradas em ordem crescente.

b) Conter a descrição completa dos itens, conforme especificações deste instrumento convocatório.

c) Conter a assinatura do responsável legal da empresa ou representante devidamente qualificado.

d) Conter o preço unitário e total.

e) Nos preços apresentados deverão estar inclusos todos os impostos, taxas, seguros, transportes e demais despesas inerentes ao fornecimento do objeto.

f) Os preços deverão ser expressos em moeda corrente, com duas casas decimais após a vírgula.

g) Conter o prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data-limite prevista para entrega das propostas, conforme artigo 6º da Lei nº. 10.520/2002.

h) A proposta que omitir o prazo de validade será considerado que foi ofertado o prazo de 60 (sessenta) dias corridos a partir da sua apresentação.

i) Conter prazo para a entrega do objeto de máximo 24 horas a contar do recebimento da ACS, de forma parcelada.

j) Na proposta apresentada estará inclusa, todos os impostos, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas, custos diretos e indiretos, mão de obra, materiais (se for o caso), despesas com transporte, hospedagem, bem como quaisquer outras necessárias ou que possam incidir sobre a realização do objeto.

k) Ser entregue no local estabelecido até o dia e horário previsto para a realização da sessão.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

- l) Não será aceita proposta enviada por fax, *e-mail* ou em envelope aberto, além de proposta que não se enquadre nos itens solicitados neste ato convocatório.
- m) A apresentação de proposta ao referido processo implica na concordância com as normas estabelecidas no mesmo.
- n) A licitante só poderá cotar um preço para cada item.

8 - Dos Documentos de Habilitação

8.1 - A documentação relativa à habilitação consiste em:

8.1.1 - Habilitação jurídica:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual.
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações se houver ou a última consolidada, devidamente registrada, em se tratando de sociedades empresárias ou por ações, acompanhadas da documentação de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando as atividades assim o exigir.
- e) Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.1.2 - Regularidade Fiscal

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação.
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede ou domicílio do licitante pertinente ao seu ramo de atividade.
- c) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, conjunta, com prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), conforme MF nº. 358 de 05/09/2014.
- d) Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade.
- e) Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, referente ao domicílio da empresa.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa nos termos da Lei nº. 12.440/2011.
- g) A certidão que se refere a alínea anterior poderá ser obtida de forma eletrônica e gratuita, e encontra-se disponível em todos os portais da Justiça do Trabalho na rede mundial de computadores (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho).

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

8.1.2.1 - Serão admitidas como prova de regularidade, nos termos da legislação tributária, as certidões negativas e positivas com efeito de negativa.

8.1.3 - Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão Negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

8.1.4 - Outras Comprovações

a) Declaração de cumprimento ao inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme documento anexo.

b) Declaração de superveniência ou fato impeditivo, conforme documento anexo.

c) Apresentar declaração conforme anexo que têm ciência e que está sujeito às normas estabelecidas pela ANVISA, notadamente nos aspectos de instalações, higienização, manejo de resíduos, preparação de alimento, armazenamento, e transporte de alimentos preparados.

d) **Comprovação de que tem ou mantém matriz ou filial dentro de um raio de no máximo 15 KM da sede do Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Tupaciguara através de cartão de CNPJ.**

e) A exigência a alínea anterior justifica-se, pois não teria sentido, possível contratada estar localizada em local distante da sede, pelo fato de tratar-se de produtos perecíveis e entrega parcelada. Em fato disso o fornecimento por empresas concentradas em distância superior a exigida, seria prejudicial ao Fundo Municipal de Assistência Social em vista aos Princípios do interesse público e economicidade. Justifica-se ainda que a exigência não infringirá a ampla competição tendo em vista o número equivalente de empresas com condições de contratar com o Fundo Municipal de Assistência Social e que estão localizadas nas proximidades da sede do Centro Administrativo, assegurando o fornecimento adequado para os itens do objeto deste certame.

9 - Do Julgamento das Propostas

9.1 - Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e o das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela, em cada item, poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação do vencedor.

9.2 - Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecerem novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

9.3 - No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentar novos lances verbais e

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até proclamação do vencedor.

9.4 - A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida a disputa para toda a ordem de classificação.

9.5 - Na fase de lances, a Pregoeira poderá estipular lances mínimos para o melhor andamento da sessão.

9.6 - É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

9.7 - Serão desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste edital.

9.8 - Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas neste Edital.

9.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pela Pregoeira, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

9.10 - Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de **MENOR PREÇO POR ITEM** e o valor estimado para a contratação, podendo a Pregoeira negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido o menor preço.

9.11 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pela Pregoeira, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.12 - Em caso de participação de licitante que detenha a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº. 123/2006 será observado o seguinte:

a) Será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pela microempresa e empresa de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada apresentada por empresa que não estiver amparada pela Lei Complementar nº. 123/2006.

b) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar novo lance de preço no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após a notificação por parte da Pregoeira, sob pena de preclusão.

c) Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as MEs ou EPPs remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

d) No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem no disposto na alínea "b", será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

e) Na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea "b", o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.13 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

apresentado, a Pregoeira verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-o com os valores consignados em planilha de custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

9.14 - A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preço propostos e aceitáveis.

9.15 - Será declarado vencedor a licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital, com o preço de mercado e que ofertar o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

9.16 - Será desclassificada a proposta:

- a) Que não atender totalmente qualquer um dos quesitos constantes neste Edital.
- b) Que atender, parcialmente ou com restrições, as exigências previstas neste Edital.
- c) Apresentadas fora do prazo ou em local diverso do fixado no presente Edital.
- d) Que apresente valor acima do orçado pelo Fundo Municipal de Assistência Social.
- e) Que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no § 3º do artigo 44 e inciso II do artigo 48, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- f) Apresente preço baseado em outras propostas, inclusive com o oferecimento de redução sobre a de menor valor.
- g) Conttenham em seu texto rasuras, emendas, borrões, entrelinhas, irregularidades ou defeitos de linguagem ou outros que impossibilitem o julgamento.

9.17 - No julgamento das propostas, ocorrendo divergências ou inversão de numeração dos itens, a Pregoeira poderá fazer as devidas correções que julgar necessária para aproveitamento da proposta, bem como poderá relevar erros ou omissões formais que não afetem a compreensão dos termos da proposta.

9.18 - Havendo divergência entre valores unitários e valores globais, considerar-se-ão como válidos os valores unitários, caso haja discrepância seja entre os valores em algarismo e por extenso prevalecerão os últimos.

9.19 - Até a assinatura do contrato, a proposta da licitante vencedora poderá ser desclassificada se O Fundo Municipal de Assistência Social de Tupaciguara tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

10 - Do Julgamento da habilitação

10.1 - Concluída a fase de classificação das propostas, será aberto o Envelope nº 2 – “Habilitação” do licitante cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar.

10.2 - As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

10.3 - Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado para as ME e EPP o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente apresentar preço inferior ao menor preço ofertado na etapa de lances, prorrogáveis por igual período, a critério do Fundo Municipal de Assistência Social, para

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.3.1 - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido a Pregoeira.

10.3.2 - Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos cinco dias úteis inicialmente concedidos.

10.3.3 - A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

10.4 - O detentor da melhor proposta que desatender às exigências de habilitação previstas neste Edital será inabilitado, e a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes e procederá à habilitação do licitante seguinte, na ordem de classificação, repetindo esse procedimento, sucessivamente, se necessário, até apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que a Pregoeira poderá negociar com o proponente, para que seja obtido o melhor preço.

10.5 - Na sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

10.6 - A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo toda e qualquer informação, acerca do objeto, ser esclarecida previamente junto a Pregoeira.

10.7 - Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação, intimando, posteriormente, a nova data aos licitantes por meio de publicação na página do Diário Oficial dos Municípios Mineiros.

10.8 - É facultado a Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deva constar no ato da sessão pública.

11 - Dos Recursos Administrativos

11.1 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira proclamará a vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, sob pena de decadência do direito por parte da licitante.

11.2 - Constará, na ata da sessão, a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficam intimadas para manifestar-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando, a todos, vista imediata do processo no Departamento.

11.3 - Tendo a licitante manifestado, motivadamente, a intenção de recorrer na sessão pública, terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

11.4 - As demais licitantes, já intimadas na sessão pública supracitada, terão o prazo de 03

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

(três) dias corridos para apresentarem as contra-razões, prazo este que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, no Departamento.

11.5 - A manifestação na sessão pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

11.6 - As razões e contra-razões do recurso deverão ser encaminhadas, por escrito, a Pregoeira, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.

11.7 - O início da contagem dos prazos, bem como seu término, dar-se-á sempre em dias úteis.

11.8 - A falta de apresentação de razões, mencionadas no item 11.1, importará a decadência do direito de recurso, culminando com a adjudicação do objeto do certame à licitante vencedora.

11.9 - O acolhimento do recurso importará apenas a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10 - A decisão proferida em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento, mediante publicação na página do Diário Oficial dos Municípios Mineiros – AMM que pode ser acessado pela página <http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg>.

11.11 - Não serão conhecidas as contra-razões a recursos intempestivamente apresentadas.

12 - Da Adjudicação e da Homologação

12.1 - A ausência de manifestação de recorrer durante a sessão, ou a decadência do prazo para a interposição do recurso, ou julgados os que caso tenham sido postulados, e constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

12.2 - Adjudicado o objeto da licitação, a licitação será homologada pela autoridade competente e o vencedor será convocado para a assinatura do contrato.

12.3 - Até a assinatura do contrato, a proposta da licitante vencedora poderá ser desclassificada se o Fundo Municipal de Assistência Social tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

12.4 - Ocorrendo a desclassificação da proposta da licitante vencedora por fatos referidos no item anterior, o Fundo Municipal de Assistência Social poderá convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002.

13 - Da Execução e do Recebimento

13.1 – Trata-se de entrega programada e parcelada em local estipulado, de acordo com as necessidades do contratante.

13.2 – Os objetos deverão ser entregues em perfeitas condições de consumo, por conta e responsabilidade da contratada, conforme solicitação no prazo máximo de 24 horas a contar do recebimento da Autorização de Compras e Serviços (ACS) de acordo com a orientação e

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

supervisão do servidor designado.

13.3 – Os produtos entregues deverão estar de acordo com as especificações mínimas deste Edital e estritamente de acordo com as normas da ABNT.

13.4 – A adjudicatária, independente da aceitação, garantirá a qualidade dos produtos.

13.5 – Os produtos poderão ser rejeitados de acondicionados de forma indevida, ou se apresentarem características impróprias se tornando imprestável para o consumo.

13.6 – Havendo irregularidades, ou rejeição a contratada ficará obrigada a substituir os gêneros ou acrescentar produtos faltantes de forma que não prejudique a alimentação dos beneficiados.

13.7 – O desatendimento ao subitem anterior sujeita a licitante às sanções previstas neste edital.

13.8 – Os objetos licitados deverão ser entregues intactos, sem amassos, ou qualquer outro defeito que possa comprometer a sua qualidade.

13.9 – Não serão aceitos objetos diferentes dos especificados na proposta desta licitação.

13.10 – Somente serão aceitos os objetos cuja confecção tenha sido realizada no dia e que esteja própria para o consumo.

13.11 – As matérias primas, os ingredientes e as embalagens para a preparação dos produtos especificados, armazenamento e transporte devem estar em condições higiênicas sanitárias adequadas e em conformidade com as normas estabelecidas pela ANVISA.

14 - Obrigações da Contratada

14.1 - Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratado.

14.2 - Executar o objeto desta licitação conforme regras estabelecidas

14.3 - Executar o objeto através de pessoas idôneas e devidamente capacitadas, responsabilizando-se por negligência, imprudência e imperícia por parte de seus empregados.

14.4 - Responder pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo, durante a execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

14.5 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o contratante.

14.6 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

14.7 - A contratada, além das responsabilidades atinentes, responderá pela qualidade, e correção nos termos da legislação pertinente.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

- 14.8 – Permitir livre acesso dos servidores do contratante em suas instalações.
- 14.9 - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, a execução deste contrato, bem como não se associar com outrem ou realizar fusão, cisão ou incorporação.
- 14.10 - Reparar, corrigir, remover ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela Comissão ou servidor designado, o objeto em que se verificarem vícios ou defeitos.
- 14.11 - Dar ciência ao Fundo Municipal de Assistência Social, imediatamente por escrito, sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto.
- 14.12 - Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Fundo Municipal de Assistência Social, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.
- 14.13 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos produtos, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26 do CDC.
- 14.14 - O dever previsto na cláusula anterior implica na obrigação de, a critério da Fundo Municipal de Assistência Social, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir as suas expensas, imediatamente, o que apresentar avaria ou defeito.
- 14.15 - Comunicar ao Fundo Municipal de Assistência Social, com antecedência doze horas da data prevista para entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo de entrega, com a devida comprovação.
- 14.16 - Cumprir fielmente as obrigações assumidas, de modo que o objeto seja realizado com esmero e perfeição.
- 14.17 - Cumprir rigorosamente as normas técnicas e regulamentos pertinentes.
- 14.18 - Reconhecer os direitos do Fundo Municipal de Assistência Social, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei 8.666/93.
- 14.19 - Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de possível chamamento do Fundo Municipal de Assistência Social em juízo, como litisconsorte, em ação trabalhista ou de reparação civil em decorrência da execução do objeto da licitação.
- 14.20 - Promover a entrega dos produtos no local estipulado, responsabilizando-se pela qualidade e quantidade.
- 14.21 - Substituir, de imediato, às suas expensas, os objetos do contrato que não se adequar às especificações constantes deste contrato.
- 14.22 – Cumprir determinações legais vigentes referentes à fabricação, armazenamento e distribuição dos gêneros alimentícios, bem como a segurança alimentar e nutricional.

15 - Das Obrigações da Contratante

- 15.1 - Notificar a contratada, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na execução do objeto.
- 15.2 - Efetuar os pagamentos devidos à contratada, na forma convenionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades necessárias.
- 15.3 - Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

dos termos deste contrato.

15.4 - Fiscalizar e exigir o fiel cumprimento do contrato.

15.5 - Fornecer todas as informações necessárias relacionadas com o objeto deste Edital.

15.6 – Promover através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos aspectos quantitativos e qualificativos dando aceite quando o produto atender ao Edital e da substituição, os que por ventura não atenderem as descrições e especificações exigidas no Edital.

15.7 – Quando necessário compete a fiscalização a fabricação e o acondicionamento dos produtos em sede da contratada.

15.8 – Informar ao licitante vencedor, toda e qualquer irregularidade constatada na execução do objeto.

15.9 – Receber definitivamente o material, disponibilizando local, data e horário.

16 - Do Reajuste

16.1 - A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas quantidades do objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

16.2 - A contratante se reserva o direito de realizar apenas parte do objeto licitado, ou rejeitar todos, desde que haja conveniência para o Fundo Municipal de Assistência Social.

17 - Da Fiscalização

17.1 – Constatado algum vício ou defeito ou avaria a contratada deverá de imediato sanar o vício ou defeito, a partir do recebimento da notificação.

17.2 – Em caso de ser impossível a correção dos vícios ou defeitos no prazo estipulado no item 17.1, a contratada deverá apresentar justificativa por escrito, elucidando as razões da impossibilidade de se cumprir no prazo.

17.3 – O Fundo Municipal de Assistência Social, através de representante, exercerá a fiscalização do contrato, e registrara todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada a licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

17.4 – As exigências e atuação da fiscalização pelo Fundo Municipal de Assistência Social em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne a execução do objeto do contrato.

17.5 – A fiscalização da contratação será exercida por um representante do Fundo, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência ao Fundo Municipal de Assistência Social.

17.6 – O representante da contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

17.7 – A fiscalização de que trata este não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade do Fundo ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666/93.

17.8 – O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

18 - Do Preço e do Pagamento

18.1 - O pagamento será efetuado em conta corrente da empresa vencedora em 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da Nota Fiscal pela Comissão de Recebimento de Mercadorias e Serviços do Fundo Municipal.

18.2 - O número de inscrição no CNPJ, indicado nos documentos da proposta comercial e da habilitação, deverá ser o mesmo do estabelecimento da empresa que emitirá a Fatura/Nota fiscal.

18.2.1 – A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de forma eletrônica e deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do processo, nº do Pregão e da Ordem de Fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento dos serviços e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

18.3 - O pagamento será de acordo com os valores constantes na planilha de preços da proposta adjudicatária.

18.4 - Os pagamentos decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão por conta dos recursos da dotação orçamentária conforme discriminada neste Edital.

18.5 - Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

18.6 - O pagamento somente será realizado mediante apresentação e comprovação de regularidade junto ao INSS e FGTS.

18.7 - O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura.

18.8 - O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

18.9 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

18.10 - No caso de eventuais erros nos documentos apresentados pela contratada, estes serão a ela devolvidos para verificação, contando-se novo prazo, para análise, aprovação e pagamento, a partir da data de sua reapresentação.

18.11 - O contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

19 - Das Penalidades

19.1 - A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Fundo Municipal de Assistência Social, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.1.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas e, no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo da multa prevista e as demais cominações legais.

19.2 - A contratada ficará sujeita às seguintes penalidades:

I- por atraso injustificado na entrega do objeto licitado, multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de atraso, até o limite de 15%.

II- pela inexecução total ou parcial do acordado através do instrumento contratual, garantida a defesa prévia:

a) advertência.

b) multa administrativa, graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo em seu total a 2% sobre o valor do contrato, cumulável com as demais sanções.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Fundo Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Fundo Municipal de Assistência Social, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento ao Fundo Municipal de Assistência Social pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

19.3 - A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o instrumento contratual e retirar a ordem de serviço, caracterizará descumprimento total da obrigação, ensejando as penalidades cabíveis.

19.4 - No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

20 - Da Dotação Orçamentária

20.1 - As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

05.01.01.08.244.0007.2.0194.3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 01-0029-0029-0029 – Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) – Ficha 27.

05.01.01.08.244.0007.2.0800.3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 01-0029-0029-0029 – Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) – Ficha 80.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

05.01.01.08.244.0007.2.0923.3.3.90.30.00 00 Material de Consumo 01-0029-0029-0029 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) - FICHA 107

21 - Das Disposições Gerais

21.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

21.2 - A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

21.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluem-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente no Fundo Municipal de Assistência Social.

21.4 - A Gestora Municipal poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

21.5 - É facultada a Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

21.6 - Os documentos e a proposta, exigidos bem como os seus anexos, têm que estar preferencialmente de acordo com o presente Edital, sendo que cada anexo tem sua forma para ser apresentado.

21.7 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do Fundo Municipal de Assistência Social e a segurança da aquisição.

21.8 - A homologação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.

21.9 - No caso de alteração deste Edital, no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.10 - O Fundo Municipal de Assistência Social poderá cancelar de pleno direito a nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta licitação, bem como rescindir o respectivo contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial desde que motivado o ato e assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa quando esta:

- a) Venha a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam sua capacidade econômico-financeira;
- b) For envolvida em escândalo público e notório;
- c) Quebrar o sigilo profissional;
- d) Utilizar, em benefício próprio ou de terceiras informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as disposições estabelecidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social;

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

e) Na hipótese de ser anulada a adjudicação em função de qualquer dispositivo legal que a autorize.

21.11 – O Fundo Municipal de Assistência Social poderá, por despacho fundamentado da Pregoeira e até a entrega da nota de empenho, excluir qualquer licitante, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, sem que a esta assista o direito de reclamar indenização ou ressarcimento, se chegar ao seu conhecimento, em qualquer fase do processo licitatório, fato ou circunstância que desabone a idoneidade da licitante.

21.12 - A nulidade do processo licitatório induz à do contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do artigo 59, da Lei Federal nº. 8.666/93.

21.13 - Havendo indício de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, o Fundo Municipal de Assistência Social comunicará os fatos verificados ao Ministério Público para as providências cabíveis.

21.14 - As decisões proferidas no presente processo serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios Mineiros - AMM.

21.15 - Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário, anteriormente estabelecidos.

21.16 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inveracidade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou caso tenha sido vencedora, o cancelamento da autorização de serviços, sem prejuízos das demais sanções cabíveis.

21.17 - Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, a Pregoeira, no Departamento de Licitação, localizado no 2º piso do Centro Administrativo, situado na Praça Antônio Alves de Faria s/nº, Bairro Tiradentes, Tupaciguara/MG, até 05 (cinco) dias anteriores à data de abertura da licitação. Demais informações poderão ser obtidas pelos telefones (034) 3281-0057 – E-mail: cpltupaciguara2017@gmail.com.

21.18 - Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o juízo da Comarca de Tupaciguara/MG.

21.19 - Cópias do Edital e seus anexos serão fornecidos, gratuitamente, mediante recibo, nos horários de 08h00min às 11h00min e 13h00min às 17h00min, no endereço referido no preâmbulo deste Edital.

21.20 - Os casos omissos serão resolvidos com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e os princípios gerais de direito.

21.21 - Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I – Modelo de Proposta.

Anexo II – Termo de Referência.

Anexo III – Declaração que cumpre os Requisitos de Habilitação.

Anexo IV – Modelo de Credenciamento.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

- Anexo V – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo.
- Anexo VI – Declaração que não Emprega Menor.
- Anexo VII – Declaração de Concordância Com os Termos do Edital.
- Anexo VIII – Declaração de compliance as exigências da ANVISA
- Anexo IX - – Minuta de contrato.

Tupaciguara/MG, 26 de Maio de 2017.

Lívia Rosa da Silva Santana
Pregoeira Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

Anexo II

Termo de Referência

1) Do Objeto

Refere-se a aquisição de produtos panificados e salgadinhos para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme quantidades e especificações contidas no Termo de Referência.

2) Justificativa

A presente aquisição visa atender a demanda das diversas unidades administrativas do Fundo Municipal de Assistência Social .

Descriminação dos itens

Un	Código	Quantidade	Especificação
KG	1.896	85,000	BISCOITO CASEIRO
KG	364.546	60,00	BOLO FESTA
KG	36.164	425,00	BOLO SABORES VARIADOS (COCO, CHOCOLATE E CENOURA)
KG	5.256	360,00	BROA
KG	9.394	195,00	PÃO
KG	364.549	310,00	PÃO DE BATATA RECHEADO
KG	31.123	785,00	PÃO DE QUEIJO.
KG	31.126	335,00	ROSQUINHA
KG	9.557	250,00	SALGADO

3) Valor Estimado

O valor estimado para a aquisição é de R\$59.873,24 (cinquenta e nove mil, oitocentos e setenta e três reais e vinte e quatro centavos).

Tupaciguara/MG, 26 de Maio de 2017.

Lívia Rosa da Silva Santana
Pregoeira

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

Anexo III

Declaração de Ciência

A (empresa proponente), inscrita no cadastro de pessoas jurídicas sob o nº. xxx.xxx.xxx/xxx-xx, sediada em xxxxxxxxxxxx/xx, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão nº ____/2017, declara expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação com todos os termos estabelecidos neste Edital.

_____, _____ de _____ de _____.

Identificação do Representante da Empresa

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

Anexo IV

Credenciamento

Mediante o presente, credenciamos o(a) Sr.(a), portador (a) da Cédula de Identidade nº., inscrito no cadastro de pessoas físicas sob o nº., a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Tupaciguara, na modalidade Pregão Presencial nº. ___/2017, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, inscrita no cadastro de pessoas jurídicas sob o nº., bem como formular propostas, dar lances verbais e praticar todos os demais atos inerentes ao certame, inclusive assinar contratos.

....., de de

Assinatura do Dirigente da Empresa
(Reconhecer firma como pessoa jurídica)

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

Anexo V

Declaração de Inexistência de Fato Superveniente

A (empresa proponente), inscrita no cadastro de pessoas jurídicas sob o nº. xx.xxx.xxx/xxxx-xx, sediada em xxxxxxxxxxxx/xx, na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Presencial nº. __/2017 declara expressamente que até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, em cumprimento ao Edital.

_____, __ de _____ de _____.

Identificação do Representante da Empresa

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

Anexo VI

Declaração que não emprega menor

A (empresa proponente) inscrito no cadastro de pessoas jurídicas sob nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx por intermédio de seu representante legal a Sr(a) _____, inscrita no cadastro de pessoas físicas sob o nº. _____, declara, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

_____, ____ de _____ de _____.

Identificação do Representante da Empresa

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

Anexo VII

Declaração de Concordância com os Termos do Edital

A (empresa proponente), inscrita no cadastro de pessoas jurídicas sob o nº. xxx.xxx.xxx/xxx-xx, sediada em xxxxxxxxxxxx/xx, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão nº ___/2017, declara expressamente que concorda com todos termos estabelecidos neste Edital.

_____, ____ de _____ de _____.

Identificação do Representante da Empresa

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

Anexo VIII

A (empresa proponente), inscrita no cadastro de pessoas jurídicas sob o nº xxx.xxx.xxx/xxx-xx sediada à xxxxxxxxxxxx, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Presencial nº ___/___, declara expressamente que de que tem ciência e está sujeito às normas, expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, notadamente nos aspectos de instalações e higienização, manejo dos resíduos, preparação de alimento, armazenamento e transporte do alimento preparado.

Tupaciguara, ___ de _____ de _____.

Identificação do representante da empresa

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

Anexo IX

Minuta de Contrato Administrativo

Pelo presente instrumento, que entre si celebram o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TUPACIGUARA/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no cadastro de pessoas jurídicas sob o nº. 14.785.896/0001-76, sito na Praça Antônio Alves de Faria, s/nº, bairro Tiradentes, Tupaciguara/MG, CEP 38.480-000, representado pela **Sra. Daniela Rodrigues Borges e Souza**, brasileira, casada, secretária, inscrita no cadastro de pessoas físicas sob o nº 031.966.226-81, residente e domiciliada nesta cidade na Avenida Modesto Alves Prudente, nº. 219, bairro Tiradentes, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no cadastro de pessoas jurídicas sob o nº. _____, com sede a (av/rua) _____ (nº.) _____, (bairro) _____, (cidade) _____, (estado) _____, pelo seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, (profissão) _____, inscrito(a) no cadastro de pessoas jurídicas sob o nº. _____, residente e domiciliado em _____ na (av./rua) _____, (nº.) _____, (bairro) _____ doravante denominada CONTRATADO (A), resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas e condições seguintes.

Cláusula Primeira - Do Fundamento

1.1 - A presente contratação está baseada na Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Federal nº 3.555/00, Decreto Municipal nº 398/09, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666-93 e no Processo Licitatório nº ____/2017, modalidade Pregão Presencial nº ____2017.

Cláusula Segunda - Do Objeto

2.1 - O presente contrato tem por objeto a **aquisição de produtos panificados e salgadinhos para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme quantidades e especificações contidas no Termo de Referência.**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

Cláusula Terceira - Da Dotação Orçamentária e Da Vigência

3.1 - As despesas decorrentes desta contratação correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:

05.01.01.08.244.0007.2.0194.3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 01-0029-0029-0029 – Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) – Ficha 27.

05.01.01.08.244.0007.2.0800.3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 01-0029-0029-0029 – Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) – Ficha 80.

05.01.01.08.244.0007.2.0923.3.3.90.30.00 00 Material de Consumo 01-0029-0029-0029 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) - FICHA 107

3.2 – O presente contrato terá início na data da assinatura do presente instrumento e término no dia 31/12/2017.

Cláusula Quarta - Do Fornecimento e da Fiscalização

4.1 – Trata-se de entrega programada e parcelada em local estipulado, de acordo com as necessidades do contratante.

4.2 - Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de consumo, por conta e responsabilidade da contratada, conforme solicitação no prazo de 24 horas a contar do recebimento da ACS, de acordo com a orientação e supervisão do servidor designado.

4.3 – Os produtos entregues e deverão estar de acordo com as especificações mínimas e estritamente de acordo com as normas da ABNT.

4.4 – A adjudicatária, independentemente de aceitação, garantirá a qualidade dos produtos.

4.5 - Os produtos poderão ser rejeitados se acondicionados de forma indevida, ou se apresentarem características impróprias se tornando imprestável para o consumo.

4.6 – Havendo irregularidades, ou rejeição a contratada ficará obrigada a substituir os gêneros ou acrescentar produtos faltantes de forma que não prejudique a alimentação dos beneficiados.

4.7 – O desatendimento ao subitem anterior sujeita a licitante às sanções previstas neste Edital.

4.8 – Os produtos deverão ser entregues intactos, sem amassados, ou qualquer outro defeito que possa comprometer a sua qualidade.

4.9 – Não serão aceitos objetos diferentes dos especificados na proposta desta licitação.

4.10 – Somente serão aceitos os objetos cuja confecção tenha sido realizadas no dia e que esteja própria para o consumo.

4.11 – As matérias primas, os ingredientes e as embalagens para a preparação dos produtos especificados, armazenamento e transporte devem estar em condições higiênicas sanitárias adequadas e em conformidade com as normas estabelecidas pela ANVISA.

4.12 – Constatado algum vício ou defeito ou avaria a contratada deverá de imediato sanar o defeito, a partir do recebimento da notificação.

4.13 – Em caso de ser impossível a correção dos vícios ou defeitos no prazo estipulado no item 4.12, a contratada deverá apresentar justificativa por escrito, elucidando as razões da

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

impossibilidade de se cumprir no prazo.

4.14 - O Fundo Municipal de Assistência Social, através de representante, exercerá a fiscalização do contrato, e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

4.15 - As exigências e a atuação da fiscalização pelo Fundo Municipal de Assistência Social em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato.

4.16 – A fiscalização da contratação será exercida por um representante do Fundo Municipal de Assistência Social de Tupaciguara, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência ao Fundo Municipal de Assistência Social de Tupaciguara.

4.17 – O representante do contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

4.18 – A fiscalização de que trata este não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade do Fundo Municipal de Assistência Social de Tupaciguara ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666/93.

4.19 – O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhados os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Cláusula Quinta - Do Preço e da Forma de Pagamento

5.1 - Os objetos contratados serão fornecidos pelo preço unitário especificado, obedecidas às condições fixadas na proposta adjudicada, ficando estipulado o valor global de R\$ _____ (_____) para o presente contrato.

5.2 – O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da Nota Fiscal/Fatura pela Comissão de Recebimento de Mercadorias e Serviços do Fundo Municipal de Assistência Social de Tupaciguara.

5.2.1 – A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de forma eletrônica e deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do processo, nº do Pregão e da Ordem de Fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite do recebimento dos serviços e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

5.3 – O pagamento será efetuado em conta corrente da empresa vencedora em 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da Nota Fiscal pela Comissão de Recebimento de Mercadorias

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

e Serviços do Fundo de Assistência Social.

5.4 - O número de inscrição no CNPJ, indicado nos documentos da proposta comercial e da habilitação, deverá ser o mesmo do estabelecimento da empresa que emitirá a Fatura/Nota fiscal.

5.5 - O pagamento será de acordo com os valores constantes na planilha de preços da proposta adjudicatária.

5.6 - Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão por conta dos recursos da dotação orçamentária conforme discriminada neste Edital.

5.7 - Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.8 - O pagamento somente será realizado mediante apresentação e comprovação de regularidade junto ao INSS e FGTS.

5.9 - O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura.

5.10 - O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.11 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

5.12 - No caso de eventuais erros nos documentos apresentados pela contratada, estes serão a ela devolvidos para verificação, contando-se novo prazo, para análise, aprovação e pagamento, a partir da data de sua reapresentação.

5.13 - A contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

Cláusula Sexta – Do Reajuste

6.1 – A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas quantidades do objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

6.2 – A contratante se reserva o direito de realizar apenas parte do objeto licitado, ou rejeitar todos, desde que haja conveniência para o Fundo.

Cláusula Sétima - Das Condições Comerciais

7.1 - As faturas pagas com atraso sofrerão aplicação de juros legais e correção monetária de acordo com os índices de uso corrente no mercado financeiro nacional.

7.2 – Após transcorrido o período de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados de acordo com o IGP-M da Fundação Getúlio Vargas ou outro Índice oficial que vier a substituí-lo.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

Cláusula Oitava - Das Obrigações Do Contratante

- 8.1 - Notificar a contratada, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na execução do objeto.
- 8.2 - Efetuar os pagamentos devidos à contratada, na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades necessárias.
- 8.3 - Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos deste contrato.
- 8.4 - Fiscalizar e exigir o fiel cumprimento do contrato.
- 8.5 - Fornecer todas as informações necessárias relacionadas com o objeto deste Edital.
- 8.6 – Promover através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos aspectos quantitativos dando aceite quando o produto atender ao Edital e da substituição, os que por ventura não atenderem as descrições exigidas no Edital.
- 8.7 – Quando necessário compete a fiscalização a fabricação e acondicionamento dos produtos em sede da contratada.
- 8.8 – Informar ao licitante vencedor, toda e qualquer irregularidade constatada na execução do objeto.
- 8.9 – Receber definitivamente o material, disponibilizando local, data e horário.

Cláusula Nona - Das Obrigações da Contratada

- 9.1 - Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratado.
- 9.2 - Executar o objeto desta licitação conforme regras estabelecidas
- 9.3 – Executar o objeto através de pessoas idôneas e devidamente capacitado, responsabilizando-se por negligência, imprudência e imperícia por parte de seus empregados.
- 9.4 - Responder pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo, durante a execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- 9.5 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o contratante.
- 9.6 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.
- 9.7 - A contratada, além das responsabilidades atinentes, responderá pela qualidade e correção nos termos da legislação pertinente.
- 9.8 – Permitir livre acesso dos servidores do contratante em suas instalações.
- 9.9 - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, a execução deste

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

contrato, bem como não se associar com outrem ou realizar fusão, cisão ou incorporação.

9.10 - Reparar, corrigir, remover ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela Comissão ou servidor designado, o objeto em que se verificar vícios, defeitos.

9.11 - Dar ciência ao Fundo Municipal de Assistência Social, imediatamente por escrito, sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto.

9.12 - Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Fundo Municipal de Assistência Social, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

9.13 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos produtos, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26 do CDC.

9.14 - O dever previsto na cláusula anterior implica na obrigação de, a critério do Fundo Municipal de Assistência Social, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir as suas expensas, imediatamente, o que apresentar avaria ou defeito.

9.15 - Comunicar ao Fundo Municipal de Assistência Social, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.16 - Cumprir fielmente as obrigações assumidas, de modo que o objeto seja realizado com esmero e perfeição.

9.17 - Cumprir rigorosamente as normas técnicas e regulamentos pertinentes.

9.18 - Reconhecer os direitos do Fundo, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei 8.666/93.

9.19 - Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de possível chamamento do Fundo Municipal de assistência Social em juízo, como litisconsorte, em ação trabalhista ou de reparação civil em decorrência da execução do objeto da licitação.

9.20 - Promover a entrega dos objetos contratados no local estipulado, responsabilizando-se pela qualidade e quantidade.

9.21 - Substituir, de imediato, às suas expensas, os objetos do contrato que não se adequar às especificações constantes deste contrato.

9.22 – Cumprir determinações legais vigentes referentes à fabricação, armazenamento e distribuição dos gêneros alimentícios, bem como a segurança alimentar e nutricional.

Cláusula Décima - Da Rescisão

10.1 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão.

10.2 - O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses do artigo 77 da Lei Federal nº. 8.666/93.

10.3 - A rescisão do contrato poderá ser:

I - por ato unilateral do Fundo Municipal de Assistência Social.

II - amigável, por acordo entre as partes.

III - por determinação judicial.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

Cláusula Décima Primeira - Das Sanções Administrativas

11.1 - Pelo descumprimento total ou parcial do presente contrato, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, de conformidade com a graduação da infração e nos termos do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93:

I – por atraso injustificado na entrega do objeto licitado, multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de atraso, até o limite de 15%.

II – pela inexecução total ou parcial do acordo através do instrumento contratual, garantida a defesa prévia:

- A) Advertência.
- B) multa administrativa, graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo em seu total a 2% sobre o valor do contrato, acumulável com as demais sanções.
- C) - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Fundo Municipal de Assistência Social, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- D) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Fundo Municipal de Assistência Social, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois de ressarcimento ao Fundo pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

11.2 - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser pago por meio de guia própria ao Fundo Municipal de Assistência Social de Tupaciguara/MG, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Fundo, quando for o caso.

11.3 - As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

Cláusula Décima Segunda - Da Publicação

12.1 - O extrato do presente contrato será publicado no órgão de divulgação oficial do Município, que é a página do Diário Oficial dos Municípios Mineiros - AMM, por conta do contratante.

Cláusula Décima Terceira - Dos Casos Omissos

13.1 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 10.520/02 e, subsidiariamente, pela Lei nº. 8.666/93 e segundo os princípios gerais de Direito Administrativo.

13.2 - Em caso de aplicação de normas de Direito Privado sempre será observado o interesse público.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 14.785.896/0001-76 TEL: 34-3281-0000
Email: pmt@tupaciguara.mg.gov.br
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480/000

Cláusula Décima Quarta - Do Foro

14.1- Fica eleito o foro da comarca de Tupaciguara, para solucionar quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Tupaciguara, ____de _____ de 2017.

Fundo Municipal de Assistência Social
Contratante

Razão Social
Contratada

Testemunhas:

1)Nome: _____

CPF nº:

2)Nome: _____

CPF nº: